



REPÚBLICA DE ANGOLA
ASSEMBLEIA NACIONAL

COMISSÃO DE FAMÍIA, INFÂNCIA E ACÇÃO SOCIAL
(8.º Comissão)

PARECER SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO
EXERCÍCIO FISCAL 2016

LUANDA/2019

RELATÓRIO/PARECER

INTRODUÇÃO

Por via do Ofício n.º, de, o Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional remeteu à Comissão de Saúde, Educação, Ensino Superior Ciência e Tecnologia (6ª Comissão) a Conta Geral do Estado referente ao exercício financeiro de 2016, para efeitos de análise e emissão de Relatório/Parecer.

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 276.º do Regimento da Assembleia Nacional, compete à Comissão supracitada, em razão da matéria, apreciar a referida Conta Geral do Estado e emite o Relatório/Parecer seguinte:

I – GENERALIDADE

O documento que nos é submetido para análise circunscreve-se no âmbito da competência de controlo e de fiscalização da Assembleia Nacional, nos termos das disposições combinadas da alínea b) do artigo 162.º da Constituição da República de Angola e dos artigos 275.º e 276.º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho - Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 275.º do Regimento da Assembleia Nacional, *"a Conta Geral do Estado deve ser remetida à Assembleia Nacional pelo Presidente da República, até ao dia 30 de Setembro do ano seguinte àquele a que diz respeito"*.

II – ESPECIALIDADE

A proposta de Orçamento Geral do Estado para Exercício Económico de 2016, comportou receitas estimadas em Kz **6.959.728.851.527,00** (Seis Triliões, Novecentos e Cinquenta e Nove Mil Milhões, Setecentos e Vinte e Oito Milhões, Oitocentos e Cinquenta e Um Mil e Quinhentos e Vinte e Sete Kwanzas).

A proposta de Orçamento Geral do Estado Revisto, foi elaborada assumindo-se os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, designadamente:

- a) A preservação da unidade e coesão nacional;
- b) A garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento;
- c) A melhoria da qualidade de vida;
- d) A inserção da juventude na vida activa;
- e) O desenvolvimento do sector privado;
- f) A inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

A proposta de Orçamento Geral do Estado Revisto, foi elaborada tendo igualmente como base as projecções macro económicas seguintes:

- a) Taxa de crescimento real do PIB global de 1,1% contra 3,3% do OGE inicial;
- b) PIB de Kz 16.879,6 biliões;
- c) Preço médio do barril de petróleo bruto de USD 40,90, contra USD 45,00 do OGE inicial;
- d) Produção petrolífera anual de 654.6 milhões de barris de petróleo, contra 689,4 milhões do OGE inicial;
- e) Taxa de inflação de 38,5%, contra 11% do OGE inicial;
- f) Défice na óptica de compromisso de 5,9%, contra 5,5% do OGE inicial.

Tem-se constatado um engajamento activo para a redução da pobreza, através da assistência aos grupos mais vulneráveis para a sua reintegração social e produtiva, com acções a nível de apoio social às pessoas carenciadas e em situação de vulnerabilidade, às populações afectadas por calamidades naturais (chuvas e seca), às crianças com leite e papa, às crianças e idosos em instituições sob tutela do Executivo e às pessoas, na comunidade, com doenças crónicas, assim como na atribuição de meios de locomoção e dispositivos de compensação. Deste modo, os Deputados da 8ª Comissão de Trabalho Especializada, emitem as seguintes considerações:

1. DESPESA POR FUNÇÃO SECTOR SOCIAL

Ao Sector Social, para o período em análise, foram alocadas verbas no montante de Kz 1.807.768.829.523,00 (*Um Trilião, Oitocentos e Sete Mil Milhões, Setecentos e Sessenta e Oito Milhões, Oitocentos e Vinte e*

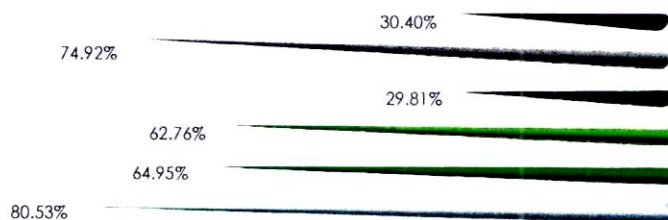
Nove Mil, Quinhentos e Vinte e Três Kwanzas) deste montante realizaram-se despesas na ordem de Kz 1.092.325.439.438,00 (Um Trilião, Noventa e Dois Mil Milhões, Trezentos e Vinte e Cinco Milhões, Quatrocentos e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Oito Kwanzas), o que corresponde a um nível de execução financeira de apenas 60,42%, devendo-se pelo facto da Sub-função do sector da saúde, protecção social, habitação e serviços comunitários e protecção ambiental apresentarem níveis de execução abaixo de 70% considerado para o período aceitável.

Quadro n.º 1 - Despesa por Função do Sector social

DESPESA POR FUNÇÃO	CGE - 2016	REALIZADA	EXECUÇÃO
Educação	474.567.450.600,00	382.162.743.179,00	80,53%
Saúde	303.570.385.838,00	197.155.806.713,00	64,95%
Protecção Social	592.558.790.953,00	371.885.651.712,00	62,76%
Habitação e Serviços Comunitários	406.922.606.916,00	121.323.490.942,00	29,81%
Recreação, Cultura e Religião	23.879.216.155,00	17.891.276.402,00	74,92%
Protecção Ambiental	6.270.379.061,00	1.906.470.490,00	30,40%
Sector Social	1.807.768.829.523,00	1.092.325.439.438,00	60,42%

Fonte: Resumo da Despesa por Função, Conta Geral do Estado 2016

Figura n.º 1 - Grau de Execução do Sector Social



2. Sector da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

2.1. Despesa por Função

A despesa funcional do Sector da Protecção Social foi orçada em Kz 592.558.790.953,00 (Quinhentos e Noventa e Dois Mil Milhões, Quinhentos e Cinquenta e Oito Milhões, Setecentos e Noventa Mil, Novecentos e Cinquenta e Três kwanzas), deste valor foram realizadas despesas no valor de 371.885.651.712,00 (Trezentos e Setenta e Um Mil Milhões, Oitocentos e Oitenta e Cinco Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Um Mil, Setecentos e Doze Kwanzas) correspondendo a um nível de execução financeira de 62,76%, conforme demonstra o quadro n.º 2.

Quadro n.º 2 – Despesa por Função do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

DESPESA POR FUNÇÃO (Protecção Social)	CGE - 2016		
	ORÇAMENTO	REALIZADA	EXECUÇÃO
Família E Infância	4.865.997.706	1.337.823.172,00	27,49%
Velhice	262.821.891.039	216.986.749.284,00	82,56%
Sobrevivência	40.036.583.633,00	39.853.901.188,00	99,54%
Desemprego	138.185.233	1.045.272,00	0,76%
Doença E Incapacidade	33.385.581.995	32.210.378.504,00	96,48%
Outros Serviços De Protecção Social	251.310.551.347,00	81.495.754.292,00	32,43%
Total	592.558.790.953,00	371.885.651.712,00	62,76%

Fonte: Resumo da Despesa por Função, Conta Geral do Estado 2016

De referir que, o total da despesa funcional do Sector da Protecção Social foi distribuído da seguinte forma:

- Família e Infância, registou um nível de execução financeira de 27,49%;
- Velhice, registou um nível de execução financeira de 82,56%;
- Sobrevivência, registou um nível de execução financeira de 99,54%;
- Desemprego, registou um nível de execução financeira de 0,76%;

- Doença e Incapacidade, registou um nível de execução financeira de 96,48%;
- Outros Serviços de Protecção Social, registou um nível de execução financeira de 32,43%.

2.2. Despesa por Programa

Aos programas ligados ao sector da Família e Promoção da Mulher, reflectem a sensibilidade do Executivo para as questões do género.

Esta despesa, conforme se observa no quadro n.º 3, é composta por 7 (sete) programas, cuja execução financeira no período em análise foi de 27,12%. Contudo, destaca-se o Programa de Apoio as Questões do Género e Promoção da Mulher (85,69%) e o Programa de Promoção da Mulher Rural (76,88%).

Salientar que o programa de Valorização da Família e Aumento das Competências das Familiares, apesar de ter sido aprovado não lhe foi cabimentado valores para o sector proceder a respectiva despesa. No entanto aos programas de Apoio a Actividade Económica da Mulher Rural e o programa de Valorização da Família e Melhoria das suas Condições de Vida foram apenas cabimentados os valores que correspondem a execução financeira dos referidos programas.

Quadro n.º 4 – Despesa por Programa do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

DESPESA POR PROGRAMA	CGE - 2016		
	ORÇAMENTO	REALIZDA	EXECUÇÃO
Prog.De Apoio As Questões Do Género E Prom.Da Mulher	25.658.265	21.987.434,00	85,69%
Prog.De Valoriz.Da Família E Aum.Das Compet.Familiares	42.291.737	0,00	0,00%
Prog.De Valoriz.Da Família E Melhor.Das Suas Cond.De Vida	173.424.729	2.570.108,00	1,48%
Programa De Apoio A Actividade Económica Da Mulher Rural	31.829.758	31.894,00	0,10%
Programa De Apoio As Vítimas Da Violência	67.997.577	30.958.514	45,53%
Programa De Promoção Da Mulher Rural	176.750.000	135.878.473,00	76,88%

Programa Integrado De Desen.Rural E Combate A Pobreza	67.539.978.017	18.267.908.835 ,00	27,05%
TOTAL	68.057.930.08 3,00	18.459.335.25 8,00	27,12%

Fonte: Resumo da Despesa por Programa, Conta Geral do Estado 2016

2.3. Despesa por Unidade Orçamental

Referente, as unidades Orçamentais dependentes do sector da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, com o Conselho Nacional da Acção Social; Comissão Executiva De Desminagem e a Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social os níveis de execução financeira estiveram abaixo dos 75% que para o período em análise não satisfaz.

Quadro n.º 4 – Despesa por UO do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTAL	CGE - 2016		
	ORÇAMENTO	REALIZADA	EXECUÇÃO
Comissão Executiva De Desminagem	3.515.471.811	226.617.843,0 0	6,45%
Comissão Nac.Inter-Sec.De Desminag. E Assist.Humanitária	460.402.616	324.630.394,0 0	70,51%
Conselho Nacional Da Acção Social	117.792.529	6.762.808,00	5,74%
Escola Nacional De Formação De Técnicos Do Serviço Social	203.909.890	95.809.721,00	46,99%
Instituto Nacional Da Criança	314.854.393	263.809.782,0 0	83,79%
Instituto Nacional De Desminagem	2.102.043.346	1.876.070.254	89,25%
Ministério Da Acção Social, Família E Prom. Da Mulher	8.917.692.644 ,00	6.712.233.601 ,00	75,27%

Fonte: Resumo da Despesa por UO, Conta Geral do Estado 2016

III – RECOMENDAÇÃO

Uma vez que o Executivo implementou para o sector da Acção Social, Família e Promoção da Mulher a Política de Repartição Equitativa do Rendimento Nacional e de Protecção Social Desenvolvido o programa de ajuda para o trabalho (PROAJUDA) no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento. Política esta, que visa aumentar a produtividade das famílias mais pobres, Apoiadas as famílias vulneráveis, através do fomento ao empreendedorismo e integração da população rural na economia, e do Programa de Ajuda para o Trabalho, cujo foco são as transferências sociais, recomenda-se:

- Que nos próximos exercício financeiros seja melhorado o nível de desempenho da execução das Despesas relacionadas ao sector da Acção Social, Família e Promoção da Mulher para que os objectivos traçados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento sejam alcançados.

IV – PARECER

Face ao exposto, a Comissão da Família, Infância e Acção Social é de Parecer favorável e recomenda ao Plenário da Assembleia Nacional à sua aprovação.

Luanda, 08 de Fevereiro de 2019.

O RELATOR

DULCE GÍNGUA
DEPUTADA

A PRESIDENTE

CLARICE MUKINDA
DEPUTADA